

ENSINA-SE A FILOSOFAR, FILOSOFANDO

José Gonzalo Armijos Palacios (UFG)

garmijos@cultura.com.br

Resumo: Se não se ensina filosofia, mas a filosofar (Kant), como se ensina a filosofar? Obviamente, filosofando. Por outro lado, se a filosofia não se define por um objeto próprio nem a distingue um só método privilegiado, em que consiste, então, essa ação que o filosofar aponta? Que a filosofia não se define por um objeto nem por um método parece claro. No entanto, algo, em geral, deve caracterizar o filosofar. O que parece caracterizá-lo, mesmo que negativamente, é a tentativa de resolução de problemas que, com o resultado de outras ciências ou do conhecimento obtido em outras áreas da atividade humana, são impossíveis de serem resolvidos. Isso nos leva ao objeto desta comunicação: discutir como, efetivamente, é possível ensinar a filosofar e não simplesmente ensinar [história da] filosofia. Ensina-se a filosofar como se ensina outra atividade qualquer: pelo exemplo. Neste caso, pelo exemplo de um agir filosofante, ou seja, discutindo, avaliando e procurando respostas aos problemas que a cada um de nós, filosoficamente, nos preocupam.

Palavras-chave: Filosofia, definição, método.

Sempre que se fala em filosofia, pressupõe-se uma concepção do que ela seja. Naturalmente, alguma idéia temos sobre o que é filosofia e o que é filosofar, pois alguma noção devemos ter sobre o que estamos fazendo, queremos fazer e esperamos que as futuras gerações, nossos atuais estudantes, façam. Vemos em qualquer livro de texto, ou mesmo em obras de filósofos consagrados, algum tipo de definição ou de caracterização do que seja a filosofia. Este é, precisamente, um assunto sobre

o qual, volta e meia, devo me ocupar. O problema com as definições de filosofia é que são ou muito abrangentes, e tudo incluem, ou muito restritas, e excluem mais do que deveriam. Na verdade, não há razões para circunscrever a filosofia pelos seus diversos objetos, privilegiando uns em prejuízo de outros, pelos seus vários métodos, ou seja lá o que for que passe por autenticamente filosófico. Sempre ficará algo de fora. Depois de muito pensar no assunto, talvez uns dez anos atrás, cheguei à conclusão de que a filosofia era indefinível. Indefinível, entre outras razões, porque é um fazer, um tipo particular de atividade. Uma práxis que só recebe sua identidade pela conjunção de circunstâncias em que se desenvolve, mais do que pela forma, objeto, conteúdo ou natureza do tipo de pensar. É, com efeito, um tipo de pensar, uma tarefa fundamentalmente teórica. No entanto, se realiza e pode se realizar de várias maneiras, nem sempre passíveis de agrupamento, de classificação ou até de comparação.

Sua indefinibilidade, contudo, não impede que possamos caracterizá-la. Ou seja, não impede que possamos ter uma noção do que fazemos ao filosofar, quando se dão as condições dentro das quais pensamos filosoficamente. A caracterização que penso possível não pode deixar de fora a história. Não pode, sem dúvida, esquecer que, seja lá como a filosofia for feita, ela se faz no tempo, na história, em determinadas condições, em circunstâncias específicas.

É possível, portanto, constatar algo sobre a filosofia: ela foi feita, concretamente, de uma ou de outra maneira, mas, sempre, em determinadas circunstâncias, em circunstâncias que podem ser clara e facilmente identificáveis. E as várias circunstâncias em que ela efetivamente é e foi feita nos abrem uma via para sua caracterização. Pois há algo em comum por trás de todas aquelas maneiras diferentes, muitas vezes opostas,

em que a filosofia foi, de fato, feita. Essa caracterização, contudo, não pode esquecer que muitos dos problemas tratados pelos filósofos não superaram determinadas épocas, não influenciaram novas reflexões filosóficas e foram mesmo esquecidos e abandonados. Por outro lado, temos o espetáculo contemporâneo. O que se faz e se considera, de fato, filosofia, abrange temáticas díspares, metodologias inconsistentes entre si, problemas os mais diversos, numa palavra: incompatibilidade sobre o que é e deve ser considerado trabalho filosófico. Essa incompatibilidade, irreduzibilidade e total incomensurabilidade de concepções sobre o que é filosofar, incluídas as práticas filosofantes, podemos observar, claramente, em qualquer congresso de filosofia de grande porte, como este em que estamos. Nesses congressos encontramos não só os assuntos mais afastados uns dos outros, como as concepções mais distantes e, inclusive, as mais antagônicas. Para não mencionar que, os que compartilham a mesma concepção de filosofia, quando tratam sobre os mesmos assuntos, nem sequer chegam a manter posições semelhantes, e não é raro ver que sobre o mesmo se defendem teses absolutamente contrárias.

Por onde olhamos, seja no passado, seja no presente, vemos uma falta total de comunidade, de concordância. A disputa e a discordância do outro parecem ser as marcas características da atividade filosófica desde seu início, com os pré-socráticos, até hoje.

Frente a tudo isso, frente a um panorama de dissensões, distâncias e incompatibilidades reais, como se falar da existência de algo que possa ter o mesmo nome: filosofia?

Mais do que uma luta externa entre posições antagônicas, que pode ocorrer, mas que em alguns lugares não ocorre pela indiferença que uns podem sentir pelos outros, a filosofia é resultado de uma luta interna. E talvez aí se radique a possibili-

dade de podermos caracterizá-la. Pois seja lá como ela for feita por filósofos e filósofas, ela é uma luta, principalmente contra a própria ignorância. É uma luta que leva as marcas do tempo por várias razões. Quanto menos sabemos, mais facilmente filosofamos. Pois há mais assuntos, problemas e temas sobre os quais nos debruçarmos. Repito: isso pode ser constatado historicamente. No seu início, filosofar era refletir sobre praticamente qualquer assunto que oferecesse uma dificuldade teórica. Não é por acaso que os primeiros filósofos foram chamados por Aristóteles de filósofos físicos. O que vemos é que o próprio desenvolvimento científico e tecnológico tornou certos problemas, que um dia foram considerados filosóficos, assunto de outras áreas, seja da física, da antropologia, da sociologia, da cosmologia etc.

Remeto-me, então, fundamentalmente a isto: problemas puramente teóricos, que pelo avanço da ciência e da tecnologia puderam ser resolvidos empiricamente, deixaram, por isso mesmo, de serem problemas filosóficos¹. Pois se há uma técnica, uma lei científica ou um procedimento empírico para, em princípio, resolvermos um problema, penso que o problema não pode ser — ou não pode ser mais — um problema filosófico. Essa afirmação retira o véu místico sob o qual muitos concebem os problemas filosóficos. Um problema se torna filosófico não por algum motivo misterioso, mas pela nossa impossibilidade de resolvê-lo com os conhecimentos e procedimentos que num determinado momento histórico conhecemos e dominamos. Se for verdade que a filosofia é uma prática teórica, ela deve estar em condições de ser afetada pela prática de outras teorias, isto é, pelos seus resultados. A prática filosófica não pode deixar de sofrer a influência, nem de outras práticas teóricas, nem dos resultados dessas outras práticas teóricas.

Essa é, sem dúvida, uma aproximação ao mesmo tempo historicista e realista ao velho problema da caracterização do que é a filosofia. Aproximação que toma como critério fundamental o que de fato foi feito por meio de uma atividade teórica chamada, século após século, de filosofia. Não estamos abordando o problema de uma perspectiva prescritivista, que pretende definir a filosofia seguindo – ou querendo impor – um modelo e que termina deixando de fora tudo o que não caiba no paradigma. Não podemos definir nem caracterizar o que seja a filosofia dessa maneira sem amputar a filosofia. Podemos, pelo contrário, fazer constatações. E se algo há que compartilhem todos aqueles que fizeram e fazem filosofia, e que possa ser constatado, é precisamente isto: a impossibilidade de resolver, com ajuda dos conhecimentos e resultados existentes, os problemas que só poderíamos resolver, teoricamente, por nós mesmos.

Essa abordagem, além disso, permite compreender a pluralidade de formas nas quais a filosofia existiu e existe – incluídos a diversidade de objetos, problemas, métodos e concepções. A filosofia passa a existir quando, ao menos, concorrem duas coisas: um estado de espírito e uma situação determinados. O estado de espírito de quem ignora e quer saber, e a situação de não ser possível se valer de qualquer resultado científico ou teórico existente.

A abordagem anterior nos leva ao problema do filosofar e da possibilidade de ensinar a filosofar. Tenho referido condições objetivas e subjetivas que concorrem para o ato do filosofar, sendo a ignorância uma delas. A ignorância – e o desejo de sair dela pelos próprios meios – como condição subjetiva e o estado do conhecimento científico e teórico em geral, como condição objetiva. “Ignorância” é entendida aqui como a tomada de consciência de um problema que dispara o desejo e a

necessidade de se sair dela. Filósofa-se, em primeiro lugar, para fugir da ignorância¹. Mas, de outro lado, não é sempre possível que alguém que se encontre nessa situação de ignorância, alguém que perceba um problema e queira sair dele, saiba necessariamente da existência de eventuais soluções para esse problema em particular. E é essa a oportunidade que permite que, filosofando, possamos motivar a reflexão filosófica e, assim, ensinar a filosofar. Na continuação do artigo, quero falar exatamente sobre o modo como isso pode ser feito.

Não é raro — e certamente não é impossível — que em alguma fase das nossas vidas, particularmente sendo muito jovens, tenhamos percebido problemas que causaram algum impacto em nós e nos obrigaram a refletir, buscando, naquele mesmo momento, soluções. Foi o que aconteceu comigo quando, adolescente, uma tarde, fui como que seqüestrado por um problema. Era o da coexistência entre o mal e Deus. A incompatibilidade da existência do mal e de Deus me levou a uma resposta negativa sobre Deus, já que não vi como podia negar a existência do mal e ao mesmo tempo afirmar a de Deus. Minha primeira reação, depois de concluído o raciocínio, foi a de ficar perplexo, abalado mesmo, pela força do argumento. A esse estado seguiu-se outro, pois subitamente percebi outra coisa: o elo entre a inexistência de Deus e a liberdade e responsabilidade humanas. Esse segundo raciocínio, posso confessar, influenciaria profundamente meu relacionamento com as pessoas e a minha vida. De qualquer forma, enquanto refletia e chegava a uma e a outra conclusão, não sabia que filósofos como Cícero e Santo Agostinho tinham desenvolvido argumentos análogos — nem que o segundo tivesse proposto alternativas às minhas conclusões. Se, particularmente, tivesse conhecimento do argumento de Agostinho, talvez minha vida

tivesse sido diferente. Mas não sabia. E só soube desses argumentos quando entrei na faculdade e fiz o curso de filosofia.

O conhecimento de que importantes filósofos tinham enfrentado e tentado resolver os mesmos problemas mostrou-me outra coisa. Num determinado momento, os jovens naturalmente estão em condições de desenvolver o tipo de raciocínio que ocorre na atividade filosófica e o fazem pelas mesmas razões que filósofos consagrados: por serem cientes da sua ignorância, não terem problema em admiti-la e não disporem de outro auxílio que seu próprio raciocínio.

Pelo dito, podemos ver que é perfeitamente possível filosofar fora da academia. Pois é possível que alguém que desconheça o pensamento filosófico, ou a história da filosofia, venha a ter problemas que teve algum filósofo e, naturalmente, seja inclinado a resolvê-los. E, do mesmo modo, por razões opostas, talvez não seja possível fazer filosofia dentro da academia. Isso se dá quando se imagina que se sabe, que não se é mais ignorante e que aquilo do que se trata na academia é o “repassar” de conhecimentos adquiridos. Certamente não será possível filosofar quando se concebe a academia como o lugar do saber — a famosa “catedral do saber” — e não o lugar em que se passa de um estado de ignorância a outro — pois quando acreditamos descobrir algo, novos horizontes de problemas nos aparecem. De modo estranho, no entanto, nem sempre isso é possível dentro de determinada realidade acadêmica. Especialmente quando nela prevalece a idéia de que a academia filosófica está para qualquer coisa, menos a produção de reflexão filosófica original — o que não deixa de ser paradoxal. Filosofamos, no entanto, quando encontramos problemas e procuramos resolvê-los, quando, cientes de nossa ignorância, procuramos fugir dela por meio das nossas próprias reflexões. Nis-

so, certamente, não se circunscreve o pensar filosófico, mas esse é o seu início.

A academia, sem dúvida, é o melhor lugar, o lugar privilegiado para nos dedicarmos à busca das soluções dos problemas que nos aparecem ao longo da nossa vida intelectual. Pelo menos, é o que a academia deveria ser, e em muitos lugares certamente é. Partindo do pressuposto de que ela seja de fato esse lugar privilegiado, podemos pensar em como estimular e provocar, nos estudantes, a reflexão filosófica.

Aqui, obviamente, não há fórmulas. Mas certamente há modos de se proceder que partem do que já temos. Se a filosofia é compreendida como uma atividade em que se busca soluções teóricas para problemas teóricos — e não é meramente, digamos, o lugar em que se aprendem métodos de leituras —, e isso tiver sustentação na própria história da filosofia, como penso que tem, o ensinar a filosofar só pode consistir num levar os estudantes aos problemas. Isto é: levá-los a lidar, eles próprios, com os diversos problemas que têm aparecido na história da filosofia, permitindo que se posicionem das várias formas como é possível fazê-lo no que diz respeito ao enfoque, ao tratamento do problema, à possibilidade ou impossibilidade de suas soluções, à pertinência do próprio problema etc. Ora, isso será muito difícil, obviamente, se nós próprios não nos tivéssemos já posicionado sobre tais problemas ou se não tivéssemos outros problemas para propor. A experiência teórica é o solo condicionante, e a vasta experiência filosófica é um terreno mais do que rico para provocar a reflexão filosófica dos estudantes — além, claro, das perplexidades que nos assaltam provindas da realidade em que estamos inseridos.

No entanto, há condições objetivas que permitiriam ou obstaculizariam a realização de tal prática motivadora. Precisamos, penso, de determinada tradição filosófica: a nossa. Se

ela ainda não existe, devemos inventá-la, ou criá-la. Não é possível filosofar em isolamento. Não há filosofia sem diálogo. Pode haver historiografia da filosofia, mas não filosofia. Há tradições acadêmicas as mais diversas. Na filosofia, precisamos ter, ou construir, a única tradição que permite a continuidade da filosofia: a tradição do diálogo, da discussão, do debate dos problemas que hoje estamos – ou deveríamos estar – enfrentando.

O dito levanta outras questões, como a dos limites e a do escopo da atividade filosófica. A atividade filosófica, penso, não só consiste em fazer filosofia – ou seja, não consiste só no mero ato de se produzir um argumento filosófico. O fazer filosofia, pelo contrário, faz parte do que podemos chamar em geral de atividade filosófica. Pois, para estarmos em condições de fazer filosofia precisamos de várias condições. Permitam-me uma analogia com o que ocorre em outras áreas da atividade humana, como nas artes. Não se faz música unicamente quando se compõe, ou quando se interpreta. Há uma série de condições que o compositor e o intérprete precisam conhecer e dominar para levar a cabo sua arte, para efetivá-la. Isso pressupõe um processo que vai do conhecimento do instrumento e da escrita musical até a prática de escalas. Na música estão pressupostas aquelas condições básicas, como domínio do instrumento, da leitura da notação musical, da técnica instrumental ou vocal etc. Há muito mais na música do que meramente compor. A composição talvez seja um dos momentos mais altos, ou o momento central, mas não é o único, nem o fundamental.

A filosofia se concretiza, culturalmente, como um diálogo, mesmo que seja mais ou menos crítico, mais ou menos polêmico. Diálogo que gera novos diálogos, novas discussões e comentários sobre tais discussões. Uma tradição historiográfica –

incluída a existência de comentários sobre a produção filosófica – faz parte importante da contínua tarefa filosófica. E insisto: contínua tarefa. Porque a filosofia é um fazer permanente, é um prosseguir, é um andar e se afastar do passado filosófico – um distanciar-se do passado que não exclui o reencontro com esse passado. O que, por outro lado, só pode ocorrer tendo como pressupostos tanto o conhecimento desse passado filosófico como uma determinada cultura. E que cultura pode ser essa? A da proposta pública de teses filosóficas. Isso só ocorre quando já fora plantada a semente do diálogo e do debate públicos. O que, por sua vez, pressupõe a existência, numa determinada região, da possibilidade de se propor e discutir, publicamente, problemas filosóficos – e não somente interpretações dos filósofos consagrados.

Como outras atividades, a filosófica não é puramente intelectual e, certamente, não é individual. Ela ocorre em indivíduos e no intelecto, mas não pode existir, como atividade consolidada, se não há um grupo que ouse pensar por si, trazendo à luz seus problemas, propondo suas próprias soluções, ou apresentando argumentos que provem – ou tentem provar – que tais problemas são pseudoproblemas ou que as soluções não resolvem nada. À descoberta de nossa própria ignorância, como condição subjetiva, se soma a inevitável existência da discordância entre as pessoas, característica própria da natureza humana.

Tenho certeza de que muito de valioso, filosoficamente falando, ocorre dentro das nossas salas de aula. Pois com os estudantes temos coragem de dizer o que realmente pensamos. Mas isso, lamentavelmente, não vem a público, como deveria. E não passa pelo crivo de outras mentes, que é o que a discussão filosófica é. Dessa forma, não se instaura uma tradição filosofante, uma tradição que já tem condições para existir, ou

que já existe isoladamente, mas sem fincar raízes, sem se converter numa verdadeira tradição. Talvez por termos sido forçados a explicar os outros, e não a nós mesmos. Ou porque, como reconheceu o professor Porchat, muitas gerações foram afastadas da reflexão filosófica própria por ter sido considerado, o desejo de se fazer filosofia por conta própria, uma veleidade.

Os tempos mudam, nada dura eternamente, e novos ventos sopram sobre a atividade filosófica brasileira. A mera existência de um Grupo de Trabalho, que tenha a ousadia de se denominar “Filosofar e Ensinar a Filosofar”, é um indício dessas mudanças. Esperemos que se consolide numa tradição.

Abstract: If it is not possible to teach Philosophy but to philosophize, how to teach how to philosophize? Obviously, philosophizing. On the other hand, if Philosophy is not defined by an object of its own or by a privileged method, what is then that action referred to by the verb ‘philosophizing’? That Philosophy is not defined by an object or by any method seems clear enough. However, something, in general, should characterize the act of philosophizing. What seems to characterize it, however negatively, is the attempt of solving problems that with the results of other sciences or with the knowledge obtained in other areas of human activity would be impossible.

That takes us to the object of this paper: discuss how, in fact, it is possible to teach to philosophize – and not only to teach History of Philosophy. We can only teach to philosophize as we teach anything else: by our own example of philosophizing, that is, discussing, evaluating and searching for answers to the problems that we face.

Key-words: Philosophy, definition, method.

NOTAS

- 1 Já ouvi de um colega que não haveria soluções filosóficas; que as questões filosóficas não seriam, ou não poderiam ser, resolvidas. No entanto, as declarações dos próprios fi-

lósofos dizem o contrário, mesmo quando reconhecem que se enganaram em tal linha de raciocínio, argumento ou concepção e, notadamente, quando abandonam antigas posições filosóficas, e consideram seus antigos problemas mal concebidos, mal resolvidos ou, simplesmente, pseudo-problemas.

- 2 O que também ocorre nas ciências, por exemplo. Só que nas ciências temos o auxílio de leis da natureza ou da possibilidade de corroboração empírica, o que não temos na filosofia.

REFERÊNCIAS

AUGUSTINE. *Confessions*. New York: Oxford University Press, 1991.

CICERO. *De natura Deorum*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. (B: 1787) Frankfurt am Main : Suhrkamp, 1992.